

ANA LUIZA V. ESPADA<sup>1</sup>, IRAN PAZ PIRES, HERBERTO UENO, PAULO AMORIM E MARCO W. LENTINI

## APRESENTAÇÃO

As Unidades de Conservação (UCs) são espaços territoriais com seus limites definidos, criadas para a conservação da biodiversidade com restrição de uso dos recursos naturais e sob regime especial de administração (SNUC, Lei Federal 9.985/2000<sup>2</sup>). Consideradas como importante ferramenta de conservação da biodiversidade, as UCs são classificadas em dois grupos: as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável. A primeira categoria se destina à preservação da biodiversidade, permitindo o uso indireto dos recursos naturais. Já a segunda permite o uso direto<sup>3</sup>, ao reconhecer a existência e o direito de uso dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais<sup>4</sup>.

Há uma série de usos permitidos nas UCs de Uso Sustentável. No geral, as atividades agrícolas e de criação de animais são permitidas desde que voltadas à subsistência das populações residentes<sup>5</sup>. Outros usos permitidos na maioria dessas UCs são a exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, a visitação e o turismo, e a pesquisa científica. Dentre as atividades econômicas geradoras de renda fami-

liar, a extração de produtos da floresta é praticada por famílias que residem nos limites ou no entorno de UCs, que já realizavam tal atividade antes mesmo da criação do SNUC e que, com o advento da delimitação física da área destinada como UC e a restrição do uso de seus recursos naturais, tiveram que se adaptar à forma de extração e de comercialização desses produtos. Devido à sua relevância para a região amazônica, dentre os diferentes tipos de UCs incluídos na categoria de uso sustentável, nos concentraremos em nossas experiências empíricas e de observações de campo em Reservas Extrativistas (RESEX), embora muitas destas lições sejam também válidas para as Florestas Nacionais (FLONA) e para as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)<sup>6</sup>, devido similaridade dos usos permitidos e população residente.

Desta forma, surge nas UCs de Uso Sustentável a necessidade da adoção das práticas de manejo florestal sustentável, não somente para obedecer as regras apresentadas pelo órgão gestor da Unidade, mas como premissa para o uso contínuo da floresta, conservan-

<sup>1</sup> Autora correspondente: [anaviolato@ift.org.br](mailto:anaviolato@ift.org.br).

<sup>2</sup> Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei que estabelece os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil.

<sup>3</sup> Uso indireto não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais; enquanto uso direto envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

<sup>4</sup> São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

<sup>5</sup> Uma exceção a esta regra são as Reservas de Fauna (BRASIL, 2000).

<sup>6</sup> Das áreas cadastradas no Plano Anual de Outorga Florestal 2013 (SFB, 2013) como UCs de Uso Sustentável, mais de 95% eram compostos por RESEX, FLONA e RDS, o que corresponde a mais de 30 milhões de hectares. A categoria de UCs de Uso Sustentável inclui ainda as APAs (Área de Proteção Ambiental), ARIEs (Área de Relevante Interesse Ecológico), Reservas de Fauna, e RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural).

do-a em pé e mantendo suas funções ecológicas. Em um contexto propício de fomento das organizações não governamentais e do governo ao Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF), os órgãos gestores dessas áreas públicas passam a ter ferramentas interessantes para promover a discussão com as comunidades que anseiam melhorias da qualidade de vida e o desenvolvimento local por meio de práticas legais e reconhecidas por Lei. De fato, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), órgão gestor de UCs federais, vem promovendo ações para o fomento de atividades sustentáveis, como a busca por parcerias com organizações não governamentais que promovem o manejo florestal como meio de uso dos recursos florestais aliado à conservação e à geração de renda familiar. Entretanto, toda atividade prevista em uma UC precisa ser justificada. Mesmo observando o histórico socioeconômico das famílias que ali residiam antes da criação da UC, é necessária a documentação através de levantamentos *in loco* e

a elaboração de um zoneamento e de um plano de uso dos recursos naturais da Unidade.

Para auxiliar neste debate, **o presente boletim tem por objetivo documentar algumas considerações e lições aprendidas no trabalho do Instituto Floresta Tropical (IFT) em visitas técnicas e condução de atividades de fomento ao desenvolvimento do MFCF junto a Reservas Extrativistas (RESEX) de diferentes regiões da Amazônia.** Esperamos que estas considerações possam subsidiar a tomada de decisão do órgão gestor, das comunidades e dos representantes da sociedade civil organizada, interessados na promoção de atividades sustentáveis em UCs de Uso Sustentável. Passaremos, primeiramente, a uma compilação das impressões do IFT a respeito do potencial para o MFCF em algumas RESEX visitadas por sua equipe técnica em 2012, para em seguida prover algumas sugestões e considerações em relação ao desenvolvimento do manejo florestal nestas Unidades.

## OS CASOS VISITADOS: RESERVAS EXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA E POTENCIAL PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR

Em 2012, a equipe técnica do IFT visitou produtores comunitários em seis Reservas Extrativistas da Amazônia (Figura 1), localizadas nos estados do Pará, Amazonas e Acre. Conjuntamente, tais RESEX possuem uma área de florestas de um pouco mais de 4 milhões de hectares<sup>7</sup>. Os levantamentos foram realizados através de entrevistas semiestruturadas junto às famílias residentes nestas

áreas e visitas a áreas florestais indicadas quanto à potencialidade para o MFCF. As conversas foram embasadas em um questionário sugestivo orientado para obter, no mínimo, as seguintes informações: dados pessoais do entrevistado, características socioeconômicas da comunidade ou localidade, ocupação do território, infraestruturas básicas da comunidade ou localidade, principais

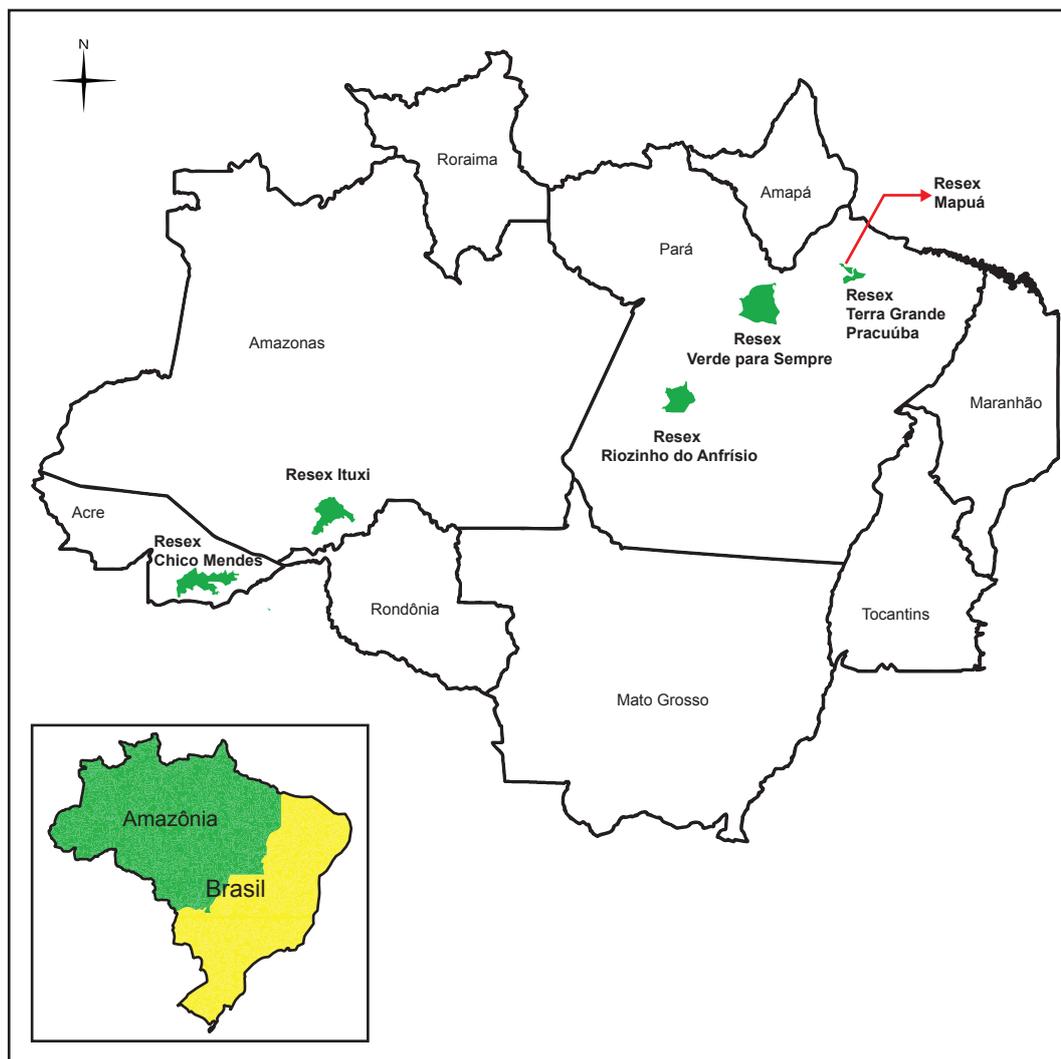
<sup>7</sup> O equivalente a aproximadamente 35% da área de RESEX federais cadastradas no PAOF de 2013 (SFB, 2013).

atividades econômicas, principais usos da floresta e ameaças e perspectivas futuras em relação ao uso da floresta e ao manejo florestal comunitário e familiar.

É importante destacar que a amostragem incluiu apenas algumas localidades e regiões inseridas nestas RESEX, de forma que tais dados não devem ser interpretados como um levantamento censitário. Buscamos, todavia, uma caracterização geral destas regiões de forma a estabelecer algumas recomendações para o futuro desen-

volvimento do manejo florestal. As informações compiladas podem ser vistas de forma resumida na Tabela 1. Um ponto fundamental é que a compilação de casos descrita, fora as ressalvas em relação à amostragem realizada, não foi feita sob uma óptica de encontrar quais os casos mais ou menos viáveis para o desenvolvimento do MFCE, mas ao invés disto estabelecer uma linha de base a partir da qual faremos as recomendações e considerações para o manejo florestal na próxima seção.

**Figura 1.** Localização das Reservas Extrativistas visitadas pela equipe técnica do IFT em 2012. Dados geográficos referentes aos limites das Unidades de Conservação foram extraídos de MMA (2013). Os limites dos estados componentes da Amazônia Legal foram extraídos da base geográfica do IBGE (1997).



CARACTERÍSTICAS DAS RESEX	RESEX Mapuá	RESEX Terra Grande Pracuúba	RESEX Verde para Sempre	RESEX Ituxi	RESEX Riozinho do Anfrísio	RESEX Chico Mendes
Localização (município e estado)	Breves, Pará	Currulinho e São Sebastião da Boa Vista, Pará	Porto de Moz, Pará	Lábrea, Amazonas	Altamira, Pará	Xapuri, Rio Branco, Brasília, Sena Madureira, Assis Brasil, P. de Castro e Capixaba; Acre
Criação	2005	2006	2004	2008	2004	1990
Área (de acordo com Decreto)	~94 mil ha	~195 mil ha	~1,3 milhão de ha	~780 mil ha	~736 mil ha	~970 mil ha
Data da visita do IFT	10-15 junho 2012	09-14 outubro 2012	16-20 abril 2012	24-25 maio 2012	16-23 janeiro 2012	8-11 maio 2012
População	719 famílias, ocupando 14 comunidades, 3,7 mil pessoas	~400 famílias distribuídas nos 5 principais rios da Reserva, ~2 mil pessoas	58 comunidades e 31 localidades (~4 mil pessoas)	500 moradores, organizados em 20 comunidades.	58 famílias (~300 pessoas) listadas por lideranças locais	1.500 famílias (~9.000 pessoas) distribuídas em 48 seringais e colocações
Atividades produtivas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura branca de pequena escala para o consumo. Algumas famílias vendem excedentes para a prefeitura de Breves ou para o PNAE<sup>8</sup>.</li> <li>- Para geração de renda, algumas famílias se dedicam ao artesanato ou prestação de serviços especializados.</li> <li>- O açá é vital na segurança alimentar e na geração de renda.</li> <li>- Forte tradição florestal para a produção madeireira e várias serrarias locais para seu processamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura branca de pequena escala para o consumo. As famílias vendem excedentes, principalmente farinha de mandioca, para municípios próximos.</li> <li>- Para geração de renda, algumas famílias se dedicam à prestação de serviços especializados.</li> <li>- O açá é importante fonte de renda e vital na segurança alimentar.</li> <li>- Extrativismo madeireiro perdeu força com a criação da UC e moradores jovens não demonstram interesse.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de corte e queima, na criação de animais de pequeno porte e na criação de gado de corte.</li> <li>- A atividade madeireira era importante no passado, mas os entrevistados disseram que tiveram de paralisar as atividades no ato de criação de RESEX.</li> <li>- Atualmente algumas comunidades possuem ou se preparam para licenciar planos de manejo madeireiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As famílias vivem da extração de frutos, óleos e outros produtos vegetais sazonais como a castanha, andiroba, borraça natural, copaíba, açá, uxi e alguns cipós.</li> <li>- A pesca tradicional nos lagos e igapós da região também é importante fonte de renda e subsistência.</li> <li>- A atividade madeireira era importante no passado. Atualmente estão discutindo o licenciamento do plano de manejo madeireiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há tradição da coleta de castanha e na produção da farinha de mandioca.</li> <li>- A extração do látex de seringueira (<i>Hevea brasiliensis</i>) foi uma atividade importante na colonização da região, mas perdeu sua tradição.</li> <li>- Outros produtos da floresta, como óleos e frutos, também fazem parte das atividades produtivas e econômicas, como a copaíba (<i>Copaifera</i> sp.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte tradição extrativista. Há coleta da castanha e coleta do látex da seringueira, além de agricultura (arroz, milho, mandioca, feijão) e pecuária. Animais de caça (porco, paca, cotia, nambu e veado) e de consumo familiar (galinha, porco, pato, gado) também foram citados.</li> </ul>

<sup>8</sup> Programa Nacional de Merenda Escolar. <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>.

CARACTERÍSTICAS DAS RESEX	RESEX Mapuá	RESEX Terra Grande Pracuúba	RESEX Verde para Sempre	RESEX Ituxi	RESEX Riozinho do Anfriso	RESEX Chico Mendes
Organização social	Mesmo que os moradores não sejam organizados o suficiente para desenvolverem uma atividade coletiva, há um grupo de moradores se capacitando em cooperativismo, curso oferecido por um grupo ligado à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).	Os moradores são representados por uma associação mãe, mas existe fragilidade na organização para a comercialização e certa desunião entre os moradores de uma mesma comunidade enfraquecendo o tecido social.	Dizem que a cooperativa está fortalecida e já teve experiência de comercialização. Entretanto, os entrevistados disseram que há desunião entre as famílias. A saída de jovens da comunidade em busca de trabalho também foi indicada como um risco à estabilidade social.	Há certo nível de organização, mas os entrevistados indicaram fragilidade, especialmente no que se refere à comercialização da produção.	A RESEX é representada por associação de moradores. Uma vez que as famílias estão distribuídas ao longo do Riozinho do Anfriso e devido às dificuldades de deslocamento no período de estiagem (agosto a novembro), existe certo grau de enfraquecimento do tecido social pelo isolamento de famílias.	Associação/cooperativa fortalecida, atuante na comercialização. Uma ameaça à estabilidade social no longo prazo é a migração dos jovens para as cidades. Recebem apoio do governo do estado do Acre e da Cooperfloresta para a comercialização de seus produtos florestais.
Dificuldades e entraves principais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Problemas relacionados ao bem estar social, como acesso à postos de saúde.</li> <li>- Sentem dificuldades de acesso às políticas públicas de assistência técnica rural e florestal, garantidas por Lei, em que a maioria dos entrevistados (57%) comentou não ser atendida ou não estar satisfeita.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Problemas sérios relacionados ao atendimento em postos de saúde e acesso à educação formal de qualidade.</li> <li>- Entrevistados relatam que não têm acesso às políticas públicas de assistência técnica rural e florestal, embora já ocorreram algumas atividades pontuais de capacitação para o manejo de açaí.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há um grande descontentamento por parte das famílias que indicam que a exploração madeireira ilegal ainda continua ocorrendo na RESEX por grandes empresas.</li> <li>- Existência de exploração ilegal e conflitos por uso de recursos naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A falta de estrutura escolar surge como principal fraqueza. A falta de assistência à saúde, comunicação, mercado, transporte, comércio, demora nos licenciamientos, entre outros, também são citados.</li> <li>- Exploração ilegal nos arredores e baixa formalidade da produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A falta de organização social é causada pelo isolamento de famílias é um dos principais problemas.</li> <li>- Dificuldades de apoio na produção agrícola e florestal e ausência do poder público de maneira geral. Há projeto do ISA<sup>9</sup> que tenta mitigar os problemas na área de saúde e educação.</li> <li>- Exploração ilegal sendo promovida por grupos madeireiros locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limitação de mão de obra, a constante migração para as cidades, a baixa qualidade da educação disponibilizada no local e a rápida perda da identidade extrativista.</li> <li>- A pecuária aparece como uma possibilidade de ameaça por correr fortemente com a principal atividade histórica da RESEX, que é o extrativismo de produtos florestais não madeireiros.</li> </ul>

<sup>9</sup> Instituto Socioambiental. Ver [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

CARACTERÍSTICAS DAS RESEX	RESEX Mapuá	RESEX Terra Grande Pracuúba	RESEX Verde para Sempre	RESEX Ituxi	RESEX Riozinho do Anfrísio	RESEX Chico Mendes
Tradição florestal e uso da floresta	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte produção madeireira. Os moradores extraem a madeira há mais de 40 anos. No passado exploravam virolá e madeiras para dormentes.</li> <li>- Mais de 80% dos entrevistados têm interesse em manejo florestal.</li> <li>- Há extração madeireira para beneficiamento local em pequenas serrarias.</li> <li>- A região possui fatores favoráveis como terrenos planos, áreas de terra firme, canais de escoamento e grande diversidade de espécies. Entre estas, a cupiúba (<i>Goupia glabra</i>) tem bons preços e tem sido explorada intensivamente.</li> <li>- As comunidades são cientes da necessidade de legalização junto ao ICMBio e, de fato, apostam em iniciativas de parceiros que possam auxiliá-los na construção do plano de manejo florestal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A extração do fruto do açaí é a principal atividade de florestal, componente da alimentação diária, mas também como fonte de ingressos financeiros.</li> <li>- Fazem extração de outros PFNM, mas em menor escala e para consumo local.</li> <li>- Extrativismo da madeira foi atividade importante na região, mas atualmente moradores não se interessam devido dificuldades no licenciamento e acesso ao mercado.</li> <li>- O extrativismo do palmito de açaí foi uma atividade que predominou na região durante alguns anos e causou grandes danos aos açaizais. Atualmente, predomina a coleta dos frutos de açaí devido mercado consumidor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Há forte tradição extrativista e as comunidades já se envolveram com a exploração madeireira no passado.</li> <li>- Algumas comunidades já detêm Plano de Manejo (PMFS) e algumas estão com os projetos em processo de elaboração.</li> <li>- Demonstram forte interesse no estabelecimento do MFCF e tem recebido apoio do IFT na preparação para o manejo florestal (práticas pré-exploratórias).</li> <li>- Outro ponto importante é que existem vários moradores na RESEX que já receberam treinamentos em manejo florestal.</li> <li>- Existe bom acesso via fluvial (rio Xingu) que pode interligar produção a Altamira ou ao estadual amazônico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Forte tradição extrativista, e muito interesse no desenvolvimento do MFCF. Já realizam a extração de madeira para o beneficiamento de pranchas e tábuas.</li> <li>- Já há PMFS elaborado e em processo de licenciamento. Dizem receber apoio do IDAM e de outras organizações em ações de assistência técnica florestal.</li> <li>- Receberam treinamentos, e se sentem razoavelmente bem amparados.</li> <li>- Dizem que os jovens com as famílias e tem a reserva permanecem assimilado tradições florestais e extrativistas.</li> <li>- Um ponto fraco é o acesso. Está distante de centros urbanos, mas a exploração seria facilitada pela existência de rios de grande calado navegáveis a maior parte do ano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A maioria das famílias coletam castanha, e outra parte trabalha com a extração de látex e produção de borracha natural. Esse número vem aumentando devido a projeto de incentivo para a venda de borracha natural intermediado pelo ISA.</li> <li>- O ISA e o IMAFLORA desenvolvem projetos para a melhoria do manejo e comercialização dos produtos florestais não madeireiros, especialmente borraça, castanha, óleo de copaíba e óleo de babaçu.</li> <li>- Os moradores expressaram interesse no desenvolvimento de projetos de incentivo à produção de PFNM e, em menor grau, de desenvolvimento do MFCF com fins madeireiros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apesar dos relatos de forte perda de identidade de extrativista, ainda há forte tradição na exploração de produtos não madeireiros e madeireiros.</li> <li>- Há PMFS licenciado, incluindo discussão para a certificação FSC.</li> <li>- Há apoio do governo estadual no fomento ao manejo florestal comunitário.</li> <li>- Outro ponto forte é o bom acesso por diferentes vias terrestres. A RESEX está distante apenas 180 km da capital estadual.</li> </ul>

## RECOMENDAÇÕES PARA A PROMOÇÃO DO MFCF EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL

Na Amazônia, as UCs de Uso Sustentável de maior relevância em termos de área (RESEX, FLONA e RDS) foram criadas para a conservação da biodiversidade em harmonia com os usos tradicionais das populações residentes, que incluem o uso múltiplo da floresta com a aplicação de princípios e de técnicas do bom manejo florestal. Com base nas prospecções e visitas técnicas realizadas em Reservas Extrativistas da Amazônia, tecemos algumas considerações e recomendações para o futuro desenvolvimento do manejo florestal comunitário e familiar nas UCs de Uso Sustentável:

**1. Interesse e experiência prévia com o manejo florestal.** As UCs de Uso Sustentável são hoje ocupadas por comunidades extrativistas que abrigam notável potencial florestal. Em muitas destas Unidades há forte tradição extrativista no uso de produtos florestais não madeireiros (castanha, látex, copaíba etc.), e há também o uso da floresta para a extração de produtos madeireiros, em alguns casos destinados apenas a construções rurais, e outros com comercialização mesmo que a atividade não esteja licenciada. Muitas famílias nestas Reservas nutrem a esperança de receber apoio para o desenvolvimento de cadeias produtivas de produtos não madeireiros, madeireiros, ou ambos. É importante que o órgão gestor estabeleça um diálogo aberto e transparente com as famílias quanto ao nivelamento de expectativas para o uso dos recursos florestais. Esse diálogo pode ser iniciado com atividades de sensibilização sobre a importância de práticas que possam garantir a conservação da floresta no longo prazo. É interessante deixar cla-

ro que existem regras para o uso de tais recursos, mas ao mesmo tempo explicar o porquê de tais regras.

**2. O papel das agências oficiais.** O ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) possuem um papel chave na institucionalização e no incentivo ao bom manejo florestal nestas Unidades, atraindo também parceiros que possam ajudar no desenvolvimento de ações pontuais neste sentido, como a capacitação para a organização social, para a geração de competências técnicas em manejo florestal ou para a discussão sobre os modelos e cenários produtivos mais favoráveis em cada comunidade. Durante o levantamento de campo também sentimos a necessidade de reforçar os trabalhos de esclarecimento aos produtores sobre suas perspectivas de formalização das atividades produtivas que já vêm executando ou que poderão executar nestas florestas. Além disso, em muitas destas Unidades, há o desafio de cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, como a construção do Plano de Manejo da UC. É este Plano que orienta e permite a forma como os moradores irão usufruir os recursos naturais de forma sustentável. O Plano, primordialmente, deve ser discutido amplamente com os moradores e deverá contemplar as práticas agroextrativistas, o uso e a transformação local dos recursos madeireiros e o extrativismo com o uso de sistemas de manejo adequados, procurando atender a legislação ambiental e florestal.

**3. O início é a prospecção florestal e social.** Uma vez identificado o interesse dos moradores nas atividades

extrativistas, é fundamental a realização de levantamentos florestais prospectivos na UC de forma a confirmar seu potencial para o desenvolvimento do MFCF. Conhecer a realidade local é fundamental para qualquer iniciativa de sensibilização e capacitação, além do próprio fomento à adoção de atividades rurais de baixo impacto. Além disso, são necessários levantamentos que contemplem entrevistas e conversas informais com as famílias e lideranças locais. Mesmo que a exploração florestal executada nessas UCs seja considerada modelo de baixo impacto e intensidade, é premente a adoção de técnicas e de princípios de planejamento para que seja possível o zoneamento de uso florestal de forma a garantir a exploração sustentável no longo prazo. Esta recomendação é especialmente válida para o caso das RESEX, nas quais temos identificado que, embora os impactos da exploração sejam relativamente pequenos, estão concentrados comumente sobre poucas espécies e produtos florestais, o que pode comprometer a sustentabilidade destes recursos no futuro.

**4. A importância da organização social.** Em quaisquer dos arranjos e tecnologias empregadas para o manejo florestal, a organização social estabelecida, transparente e atuante é chave para permitir uma boa resolução dos conflitos existentes, uma partição justa dos benefícios advindos do manejo florestal coletivo, um bom controle social da exploração e uma estratégia mínima de comercialização e de formalização da produção.

**5. Apoio e capacitação.** A maior parte das comunidades e produtores visitados pelo IFT aferiu ter recebido

algum tipo de apoio e de assistência técnica no passado, assim como disseram ter sido contemplados por algum projeto de apoio. Entretanto, para avançar na pauta de manejo florestal, é importante que as competências técnicas dos produtores sejam fortalecidas, em especial em práticas para o inventário e para o planejamento da exploração. As competências técnicas em manejo florestal são as principais habilidades que devem ser construídas nas comunidades, em especial em relação a públicos mais jovens dentro da UC, geralmente mais expostos à necessidade de migração para as cidades mais próximas devido à escassez local de oportunidades de trabalho e acesso à educação formal e contínua.

#### **6. Reconhecimento do manejo como parte da cesta de produção.**

Novas atividades produtivas devem ser reconhecidas como integrantes, e não substitutas, da atual cesta de produção das comunidades nas UCs. Desta forma, se o manejo florestal for formatado para ser conduzido em um período anual concorrente a outras atividades econômicas, os produtores terão a difícil missão de escolher por uma das duas e correr riscos adicionais no que se refere a sua sustentabilidade econômica. Discussões sobre as melhores alternativas para a condução de manejo devem levar em consideração o atual calendário florestal e agrícola das comunidades.

#### **7. O papel da segurança alimentar.**

Há uma tendência dos profissionais da área ambiental visualizarem a agricultura como uma ameaça à conservação, especialmente em UCs. Entretanto, é importante que medidas para fortalecer a segurança alimentar das famílias sejam tomadas, o que pode

auxiliar a diminuir a propensão destas famílias a gerar renda rápida em casos de necessidade (como a venda ilegal de madeira, por exemplo). De fato, desenvolver a agricultura foi identificado pelos próprios moradores como uma oportunidade em algumas UCs visitadas. Embora nessas UCs a maioria das famílias tenha vocação para a atividade florestal, devem ser priorizados os modelos de assistência técnica voltados à segurança alimentar e ao máximo aproveitamento das áreas já abertas para a produção agrícola. A agricultura familiar, além de condições mínimas de saúde, de escoamento e a educação básica, são elementos cruciais na balança de decisão das famílias em relação à sua perenização dentro da UC no longo prazo. O que é esperado é que seja possível evidenciar a melhoria das condições de vida dentro da UC no longo prazo como uma recompensa às famílias por seu comprometimento com a conservação florestal.

**8. Assistência técnica e extensão rural e florestal.** O direcionamento das vocações agrícolas, conforme interesse dos moradores, deve ser adotado como estratégia para o desenvolvimento local. Para que isso ocorra, ações de ATER devem ser priorizadas para esse fim. Nesse sentido, o estímulo à adoção de novas práticas produtivas baseadas na agroecologia e nos sistemas produtivos diversificados que integram culturas agrícolas e florestais deve ser discutido e considerado na estratégia de ATER, prevista em Lei para atender esse público.

**9. Agregar valor à produção madeireira nem sempre é a melhor alternativa.** Evidenciamos em algumas UCs a iniciativa de produtores de construir serrarias artesanais para o proces-

samento de madeira com a expectativa de que este processamento possa gerar maior renda. Algumas análises financeiras preliminares destas serrarias mostram que isto nem sempre é verdade. Nos casos de exploração madeireira, é fundamental uma discussão sobre as melhores alternativas locais para a comercialização da madeira (tora, madeira processada, e em quais mercados). Em seguida, é fundamental a discussão sobre quais os modelos tecnológicos no manejo florestal e no desdobramento da madeira que podem trazer a melhor relação benefício-custo para os produtores. Terceiro, é crucial a participação de parceiros que possam gerar informações de custos e benefícios de forma a nortear as melhores decisões. Finalmente, é preciso considerar as alternativas para uma diferenciação dos produtos locais no mercado, como seria o caso de uma certificação de origem de tais produtos.

**10. Os incentivos perversos à conservação.** Em muitos dos casos visitados, os produtores indicaram um forte grau de migração das famílias das UCs e forte erosão da tradição extrativista, o que pode ser uma ameaça à conservação local de florestas no longo prazo. Em algumas Unidades foi também identificado que existe exploração ilegal promovida por grupos externos à comunidade em diferentes níveis de intensidade. Esta aparente instabilidade a respeito do uso dos recursos naturais pelas famílias no longo prazo pode ser tornar um importante aspecto a desincentivar a conservação das florestas e o manejo florestal, e merece especial atenção do governo e da sociedade civil para coibir tais atividades. Existem hoje ferramentas remotas de identificação de atividades ilegais que poderiam ser empregadas de modo mais eficiente neste sentido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil.

BRASIL. Lei nº 6.040, 7 de fevereiro de 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Casa Civil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Diagnóstico Ambiental da Amazônia Legal**. Brasília: IBGE, 1997. Disponível em <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em 16 mai. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Lei nº 12.188, 11 de janeiro de 2010, **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRO-NATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências**. Brasília, DF: Casa Civil.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Download de dados geográfico**. Brasília: MMA, 2013. Disponível em <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB. **Plano Anual de Outorga Florestal 2013**. Brasília: SFB, 2012. 105 p. Disponível em <http://www.florestal.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2013.

VERÍSSIMO, A. et al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

### Financiadores



### Apoio



### Doadores In-Kind



Os boletins técnicos do IFT, editados a partir de 2011, compilam resultados preliminares de pesquisas e testes realizados no Centro de Manejo Florestal Roberto Bauch, além de observações de campo e notas de expedições realizadas pela equipe que possam de alguma forma servir a sociedade. É voltado a estudantes, tomadores de decisão, jornalistas, profissionais florestais, instrutores de manejo florestal acadêmicos ou práticos e demais atores com interesse em temas ligados ao manejo de recursos naturais, especialmente florestais, na Amazônia. Os pareceres, conclusões, recomendações e sugestões constantes em tais publicações são de responsabilidade exclusiva do IFT, e não correspondem necessariamente à opinião dos apoiadores da organização ou da edição em questão.